

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC

Aos **nove** dias do mês de **novembro** de dois mil e **dez**, às **treze horas e quarenta e cinco minutos**, em **segunda** convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes nº 100, Santana, nesta, o **Sr. Mário Domingos de Moraes**, na condição de Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC, os Conselheiros, **Eng^o Vitor Chuster**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Srta. Silvia Corcevai**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Arqt^o Gilberto Alves da Cunha**, representante da Secretaria de Planejamento Urbano; **Arqt^o Luis Eugênio Galdino Braga**, representante da Secretaria de Obras, **Vereador Fernando Petiti**, representante da Câmara Municipal; **Dr. Antonio Yukio Ueta**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **Diácono Marcos Reis de Faria**, representante da Mitra Diocesana, **Arqt^a Simone Aparecida Giomo Borges**, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos – AEASJC; **Prof^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali**, representante da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP; **Sr. Eduardo Martins Gomes**, representante da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos; **Dr. Ailton Barbosa Figueira**, representante do Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo – ERPLAN; **Hist. Edo Paiotti**, representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos – IEV, **Arqt^a Dilene Zaparoli**, representante da Universidade Paulista – UNIP; **Dr^a Andréa Francomano Bevilacqua**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Pastor Gerson Costa de Araújo**, representante do Conselho de Ministros Evangélicos – CME; **Sr. Cláudio Eduardo César Costa**, representante do Clube de Joseenses e Amigos – CJA e **Sr. Edmundo Carlos de Andrade Carvalho**, representante da Sociedade Amigos do Parque da Cidade Roberto Burle Marx - SAPCRBM. O presidente do Conselho, **Sr. Mário Domingos de Moraes** abre a reunião agradecendo a todos os Conselheiros pela presença, procede a leitura da pauta do dia e indaga se algum conselheiro tem alguma observação a fazer. **Sr. Mário Domingos de Moraes** passa a palavra ao Eng. Vitor para o prosseguimento dos trabalhos programados. Eng. Vitor passa ao primeiro assunto da pauta, referente à aprovação da ata da reunião anterior. Eng. Vitor indaga aos presentes se há algum reparo a fazer à ata da última reunião realizada em **26 de outubro** passado e se pode ser dispensada a

leitura da mesma, em razão de ter sido previamente enviada aos senhores Conselheiros. Os Conselheiros concordam e Eng. Vitor coloca-a em votação, sendo essa aprovada por unanimidade. Eng. Vitor passa ao segundo assunto da pauta, para conhecer a proposta a ser apresentada pela Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), relativa a proposta de ocupação do imóvel sito à Praça Cândido Dias Castejon 116, imóvel este que abriga o prédio da antiga Faculdade de Direito do Vale do Paraíba. Eng. Vitor faz um retrospecto sobre essa questão abordada na última reunião e passa a palavra ao Arq. Paulo Sophia, representando a FVE, para que discorra sobre a proposta. Arq. Paulo fazendo uso de projeção eletrônica passa a detalhar e explanar sobre a mesma, cuja cópia da apresentação passa a fazer parte integrante desta ata sob forma de anexo I. Arq. Paulo se apresenta, fala sobre seus projetos em São José dos Campos e lembra que arquitetos desejam preservar a história e não destruí-la, afirma que defenderá as intervenções que estão sendo propostas, com a construção de um novo prédio no local. Arq. Paulo discorre sobre textos e documentos que abordam questões relativas à preservação do patrimônio arquitetônico modernista e que o critério para uma preservação deve ser o do “reconhecimento do valor artístico”. Arq. Paulo fala que a preservação não pode se submeter a pressão de grupos e nem ser objeto de pareceres feitos às pressas para atender o interesse desses. Arq. Paulo afirma que preservação não pode ser um jogo de interesses. Arq. Paulo afirma que São José é o que é hoje, porque alguém no passado teve uma visão de futuro, porque alguém vislumbrou o que seria melhor para a cidade, como por exemplo quando um General decidiu que aqui deveriam ser instalados o CTA e o ITA e isso não foi fruto de pressão de grupos, mas sim, decisão de alguém de visão. Arq. Paulo defende a proposta pois ela cria a sustentabilidade econômica da FVE para o futuro, afirma que o prédio original é inexpressivo, fruto de um projeto sem qualquer valor excepcional, cujas salas são acanhadas e que não se presta ao modelo contemporâneo de educação, afirma que nesse complexo o prédio mais importante é o auditório construído posteriormente e cujo projeto é de sua autoria. Arq. Paulo fala que o auditório é o mais importante porque ali se reúnem as pessoas para as mais diversas atividades. Arq. Paulo passa a apresentar exemplos de intervenções projetadas e realizadas, que compatibilizaram o antigo com o moderno, como o novo Parlamento Alemão na Alemanha, SESC em São Paulo projetado por Lina Bo Bardi, Puerto Madero em Buenos Aires (Torres del Yatch) e outros exemplos na Alemanha, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos. Arq. Paulo passa a explanar sobre a proposta da FVE para construção de um prédio comercial, composto de duas torres, no terreno que abriga o

prédio da antiga Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, se valendo de uma maquete eletrônica, que percorre os ambientes do prédio projetado e explica que nessa intervenção está sendo proposta a preservação da fachada frontal em forma de pórtico, que seria iluminada e protegida das intempéries por uma cortina de vidro, similar a uma vitrine. Arq. Paulo faz considerações sobre o passado e o futuro, afirma que quem gosta de passado é o neocolonial, o neoclássico é a nova burguesia com suas construções, que o modernismo gosta do futuro. Relata que seu projeto é o futuro e que o passado deve ser lembrado, mas não pode ser obstáculo ao futuro, afirma que o tombamento impõe um alto custo, um verdadeiro ônus e que restringe a sustentabilidade da FVE, pois esse ato simplesmente foca o patrimônio material e não toca no imaterial, que é muito mais importante, afirma categoricamente que o edifício que se pretende o tombamento é inexpressivo e que vai prejudicar novos e valorosos capítulos da São José do futuro. Arq. Paulo encerra a sua apresentação e passa a palavra à Prof^ª Dr^ª Sandra Maria Fonseca da Costa, Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento do IP&D/UNIVAP. Dr^ª Sandra se apresenta e distribui aos presentes três outros documentos. O primeiro sendo um texto de um trabalho de graduação feito por uma aluna da UFF sobre arquitetura moderna, no qual o prédio da antiga FDVP não consta como sendo relacionado entre os bens modernistas da cidade mais significativos, o segundo como sendo um relatório elaborado pelo Eng. Tércio Ueda Yaokiti da UNIVAP, que demonstraria uma série de intervenções que segundo ela descaracterizaram o prédio e o terceiro um texto produzido pela FCCR, como sendo um inventário da arquitetura moderna da cidade, onde o prédio da FDVP não é citado. O primeiro, segundo e terceiro documentos passam a fazer parte desta ata como anexos II, III e IV. Em seguida Dr^ª Sandra faz a leitura de um documento de sua autoria, que passa a fazer parte integrante desta ata como anexo V. O documento lido, em síntese contesta os pareceres de cunho histórico e arquitetônico elaborados pela Divisão de Patrimônio Histórico, solicita que não prospere a solicitação de tombamento feito pelo Clube de Joseenses e Amigos, exalta a qualidade do projeto elaborado pelo Arq. Paulo Sophia e que o projeto permitirá a revitalização do local e de suas imediações. Sr. Mário Domingos de Moraes, abre a palavra aos Conselheiros. Arqta. Dilene afirma que o Arq. Paulo tratou sobre o texto da Ruth Verde Zein olhando pela importância do projeto em si, e indaga se a autoria do projeto fosse de um arquiteto renomado, mereceria ser tombado? Arq. Paulo responde que se fosse constatado que há uma excepcionalidade típica do modernismo valeria a pena ser conservado, conclui que no caso em questão ele não consegue enxergar essa motivação, pois não vejo arquitetura naquele

prédio. Arqta. Dilene indaga como foi tratado nesse projeto a questão que envolve os valores da memória e da história local? Arq. Paulo responde que de várias maneiras, como a permanência da Faculdade de Direito no futuro prédio e a reprodução do painel de autoria de Ana Scalís em outro local. Arq. Paulo questiona o que é mais importante a arcada ou o discurso proferido no local e que a alegoria ou a reprodução das “arcadas” citado no relatório da DPH não é importante, pois seria apenas a recuperação de um momento mágico lá do passado. Prof^a Papali indaga como foi tratada a questão da junção entre o passado e futuro, pois para ela, essa deve ser a forma moderna de se fazer a preservação. Eng. Vitor intervém e afirma que isso já foi demonstrado com a apresentação da maquete eletrônica, onde ele propôs apenas a preservação da fachada frontal, como se fosse uma vitrine. Vereador Petiti pede a palavra e discorre sobre o projeto de lei de autoria dos vereadores e de seu objetivo. Arq. Paulo afirma que a volumetria do prédio é indecente e que isto não está sendo mantido, pois várias intervenções foram feitas ao longo do tempo e que existem fotos sobre esse processo. Para ele a questão da volumetria é uma falácia, que muitas das mencionadas “estruturas de concreto aparente” são feitas por enchimento de tijolos e são revestidas não tendo nada de concreto aparente e que as janelas são indecentes pois não atendem à necessidade de controle de luz e ventilação para o conforto térmico de uma faculdade contemporânea e finaliza dizendo que suas respostas estão sendo dadas na mesma moeda que ele está sendo cobrado. Arq. Paulo discorda da questão abordada no relatório da DPH e encerra a sua fala. Eng. Vitor toma a palavra e afirma que quando deseja expor e “vender” uma idéia ou um projeto, o faz sempre tentando exaltar as qualidades daquilo que acredita, mas que de forma alguma faria a defesa de um projeto tentando desqualificar o trabalho ou outros profissionais, que porventura tenham idéias divergentes ou diferentes. Lamenta profundamente alguns comentários proferidos pelos expositores, até porque grande parte dos profissionais da DPH são egressos da UNIVAP e podem ter certeza, eles jamais fizeram, fazem ou farão parte de qualquer coisa que possa ser tratada como parte de um jogo de interesses, o trabalho desses profissionais é pautado única e exclusivamente pelo interesse público e coletivo. Eng. Vitor enaltece o trabalho dos técnicos da DPH, confia no trabalho desses profissionais, que sempre colaboraram com o conselho, afirma que se hoje a FVE pode fazer sua exposição é porque o presidente, Sr. Mário trabalhou no sentido de ouvirmos o contraditório, isso é democracia, isso é trabalhar imparcialmente, isso não é defender interesses de grupos, como o Arq. Paulo tentou colocar, aqui o plenário é soberano, aqui todos

podem se manifestar, podemos até divergir enquanto conselheiros, mas a diferença fica no plano das idéias e jamais um tenta desqualificar o outro. Sr. Mário endossa as palavras do Eng. Vitor e afirma que o processo tem sido transparente e democrático e que cada conselheiro, munido das informações colhidas ou que venha a colher, deverá livremente decidir sobre a questão do tombamento no próximo dia sete de dezembro. Arqta. Dilene se solidariza com os técnico da DPH e afirma que esse é um conselho atuante e que sempre aqui se trabalhou para o bem da cidade e não para defender interesses menores, particulares ou de grupos. Eng. Edmundo endossa a posição da Arqta. Dilene. Vereador Petiti relata os acontecimentos havidos na Câmara Municipal, quando lá estiveram vários ex-presidentes da OAB, afirma que vai acompanhar esse processo até o seu final e que ninguém quer se sobrepor ao COMPHAC. Sr. Mário agradece a visita dos funcionários da UNIVAP e do Arq. Paulo Sophia e passa a palavra ao Eng. Vitor para andamento dos trabalhos. Eng. Vitor passa ao terceiro assunto da pauta, para conhecer, debater e deliberar sobre a solicitação da Secretaria de Meio Ambiente para reforma da “Casa da Ilha”, no Parque da Cidade Roberto Burle Marx, para instalação do “Centro de Referência Ambiental” (CRA). Eng. Vitor faz um relato da solicitação, distribui a pesquisa feita pela Divisão de Patrimônio Histórico (DPH) e passa a palavra à Arqta. Sonia Di Maio, para que discorra sobre a solicitação. Arqta. Sonia fazendo uso de projeção eletrônica passa a detalhar e explanar sobre a pesquisa realizada, cujo relatório passa a fazer parte integrante desta ata sob anexo VI. Arqta. Sonia apresenta um diagnóstico da “Casa da Ilha”, discorre sobre a proposta de intervenção, acabamentos e o programa adotado com a função de cada um dos compartimentos e fala de como será o funcionamento do CRA. Sr. Mário Domingos de Moraes, abre a palavra aos Conselheiros. Prof. Edo indaga se a telha da edificação é colonial ou francesa. Arqta. Sonia responde que é capa e canal, paulistinha. Arq. Eugênio indaga se a lajota faz parte do piso original da edificação. Arqta. Sonia responde que não há como afirmar isso, pois acredita que quando da ampliação dessa casa, ou mesmo de reformas pode ter havido substituição de piso. Eng. Vitor afirma que a proteção ao complexo se deu somente em 2004, e que antes disso as intervenções não tinham necessidade de aprovação pelo COMPHAC. Sr. Claudio indaga sobre a proposta do deck, pois acredita que a piscina deve ser desativada, registra-se fisicamente onde ela era e sobre o local pode ser construído o deck de madeira. Arqta. Dilene entende que a proposição apresentada pelo conselheiro Claudio é a mais adequada. Sr. Mário Domingos de Moraes indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a

fazer e se estão devidamente informados para que a proposta seja colocada em votação. Colocada a proposição em votação, essa foi aprovada por unanimidade, com a observação apresentada pelo conselheiro Cláudio. Eng. Vitor relata que o quarto assunto da pauta, para conhecer, debater e deliberar sobre a solicitação da Secretaria de Obras para retirada de muro e guarita, para construção de novo acesso ao Centro de Formação de Educadores (CEFE), na Av. Olivo Gomes (procedimento interno nº 01454/SG/2010), foi retirado para estudos adicionais e que deverá fazer parte da pauta da próxima reunião. Não havendo mais assuntos agendados e informes a tratar, o Sr. Mário Domingos de Moraes abre a palavra aos Conselheiros que dela queiram fazer uso. Não havendo Conselheiros que queiram fazer uso da palavra, Eng. Vitor aproveita para agradecer novamente a presença dos Conselheiros e lembrá-los que a nossa próxima reunião ordinária de trabalho que estava marcada para o dia 16 de novembro não acontecerá nessa data, em razão da reunião de hoje. Relata que segundo o presidente a próxima reunião ordinária deverá acontecer em 7 de dezembro de 2010, e que caso não haja a possibilidade do titular em comparecer, que esse entre em contato com o respectivo suplente a tempo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do COMPHAC, Sr. Mário Domingos de Moraes agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, do qual eu Eng. Vitor Chuster, Secretário do COMPHAC, lavrei a presente ata, em seis folhas, digitadas somente no anverso, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, cuja aprovação se deu na reunião de 7 de dezembro de 2010.

Engº Vitor Chuster
Secretário do COMPHAC

Mário Domingos de Moraes
Presidente do COMPHAC